

concessão a Grandjean de Montigny. O resto era tido por postigo. Do barroco para o moderno, ainda que de barroco, no Brasil, houvesse muito pouco. A própria Ouro Preto, que se leva por nossa grande cidade barroca, não possui senão duas dúzias de construções barrocas; todo o resto é neo-clássico. Por barroco entendia o leigo o que era colonial. E, com relação a tudo o que não pertencia ao período português, a tudo, ou quase tudo que se fez sob a influência francesa ou inglesa, demorou-se a desconfiança. Descartamos como inautêntico o que não era colonial.

O Rio de Janeiro possuía um conjunto espantoso de arquitetura afrancesada da "Belle Époque" e uma coleção extraordinária de prédios em estilo "art-deco". Foi tudo, ou quase tudo, posto abaixo. Sólha a cidade, no centro, na Tijuca, em Copacabana, o mesmo tipo de construções que hoje se tornaram atração turística em Miami. Só que a nossa era, em geral, muito melhor. E foi derrubada. Passara de moda.

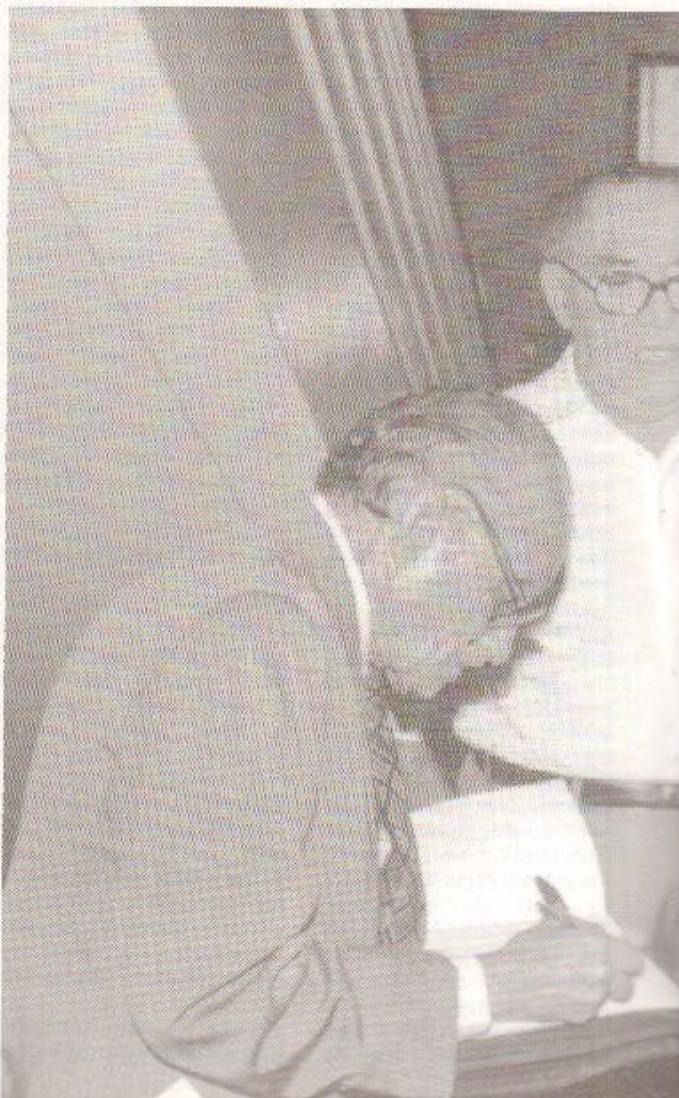
Haverá gente aqui, em Teresina, que não gostará das casas feitas nos anos 30 e 40, na época da ditadura de Vargas. Mas o estilo estadonovista (disfarçado às vezes em "neo-marajoara") faz parte de nossa história. Devia e deve ser preservado. Sei, claro, que nem tudo pode ser protegido, que as cidades crescem e mudam até de vocação. Mas sei também que é possível impedir a depredação gratuita das cidades, fruto de uma ganância que se exerce não só em relação àquilo que é antigo, mas também em relação ao que

é contemporâneo. A especulação imobiliária tanto derruba a casa de duzentos anos quanto a que foi construída há seis.

E não se argumente, num e noutro caso, que o prédio era feio. Afeiúra também faz parte de nosso patrimônio. Além disso, há casas que hoje nos parecem feias, mas eram fidas por belas há cinco décadas atrás e talvez voltem

a ser bonitas daqui a cinquenta anos. Não tenho por que considerar os meus critérios estéticos melhores dos que os de meus avós ou os de meus netos.

Andando por Teresina, encontro, ao lado de casas do início desse século ou do fim do século passado, outras que podem ser até nossas contemporâneas - construídas há dez ou doze anos -, mas



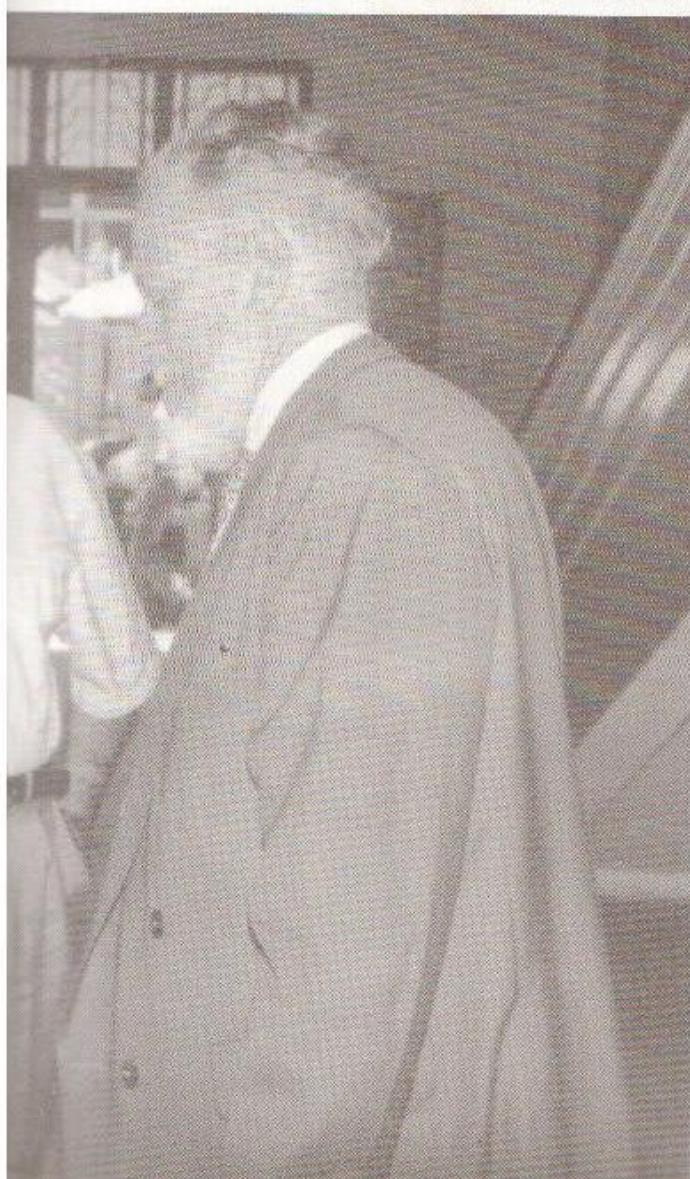
que foram fabricadas de acordo com determinados parâmetros da chamada casa sertaneja. Vou passando por portas-e-janelas, por meias-moradas, por moradas inteiras, por casas que, embora modestas, podemos eleger como exemplos de um certo tipo de solução arquitetônica - simples, clara, de linhas retas, econômica. Esses prédios

que se podiam levantar com relativamente pouco dinheiro estão sendo demolidos indiscriminadamente. Daqui a pouco, não vamos mais encontrá-los alinhados dos dois lados de uma rua. E, mais adiante, vamos penar para localizar um só exemplo deles.

Como vêem, não penso que devamos conservar apenas monumentos, obras

originais, recintos onde se passaram atos significativos da história. O que temos é de preservar formas de vida, as formas do passado e do presente, pois merecemos continuar a conhecê-las no futuro, mesmo quando elas tenham perdido parte de sua utilidade prática, diante de novas formas de vida. O que se passa, aliás, com as casas, porque essas correspondem, em seus desenhos, a determinadas maneiras de viver e se alteram, quando essas se modificam.

Como encontrar uma solução para este choque entre o que hoje somos e exigimos e o que anteontem fomos e fizemos? Na única linha em que é permitido ao homem construir as suas formas de sobrevivência. Na linha do equilíbrio. No fio da navalha. Sabendo preservar tudo o que pode ser preservado. No caso das cidades, procurando evitar que a expansão urbana se verifique em áreas já habitadas e dando uma nova utilização ao que era antigo. A casa antiga deixa de ser residência e se transforma em agência de banco ou em escritório de advogado. Passa a ter novo uso, pois o anterior se esvaziou, diante das novas exigências que desenvolvemos em relação às moradias - cozinhas amplas e claras, vários banheiros azulejados e iluminados, tudo muito distinto dos banheiros e das cozinhas de nossos avós e bisavós. Estaremos, assim, a preservar, modificando.



Benjamim do Rego Monteiro Neto,
Celso Barros Coelho
e Alberto da Costa e Silva

A preservar, acrescentando mais história à que já temos.

Olho Ierésina do alto. É uma cidade verde. Quase não se vêem as casas, porque as frondes das árvores que lhes enchem os quintais cobrem parte dos telhados. Mas, agora, e cada vez mais, sobressaem na paisagem também os espiões. Se eles continuarem a multiplicar-se, em breve Ierésina terá um aspecto inteiramente diferente, será outra cidade, cinza, sobre a cidade verde desaparecida. O que fazer? Por meio de legislação municipal, assegurar que, ao construir-se um novo edifício de apartamentos, metade das árvores existentes no terreno seja preservada. Para que não se desfigure de todo a paisagem que envolve nossas vidas.

E o que dizer do mobiliário tradicional? Das cadeiras de balanço e dos sofás de palhinha? E daquilo que vai, para a maioria dos citadinos, perdendo a utilidade prática como os pilões, os alguidares de madeira, os ferros de passar roupa a carvão, as quartilhas e os potes? Como não expulsá-los de nossas vidas, a não ser lhes dando uma utilização estética? E essa utilização estética, como que amputando, reduzindo e modificando um objeto, é um modo de preservá-lo, de mantê-lo conosco no presente, embora com apenas os seus contornos do passado.

Mais difícil ainda é a questão do patrimônio intelectual e afetivo, do patrimônio da sensibilidade e da inteligência. Como impedir que desapareçam, por exemplo, certas tradições grupais, certos relatos de família, certas histórias como

as que minha avó me contava. Guardando-as. Gravando-as. Filmando-as. Pondo-as por escrito. Mas como colocá-las no papel, sem deformá-las? Sem tirar delas a riqueza da oralidade? Sem folclorizá-las? É praticamente impossível. Mas força é fazê-lo, ainda que cientes da perda. E com o maior cuidado para que não se reduzam a mímias, porque as mímias não têm vida. Com aquele cuidado para manter respirando, ainda que de modo imperfeito, na forma escrita, as histórias que colhiam pelos ouvidos, que tiveram os irmãos Grimm e, entre nós, Sílvio Romero e João da Silva Campos.

Há que preservar o que se falava e fala, e também o que se escreve e lê. Guardemos ciosamente os livros, até aqueles que parecem não ter valor, aqueles que não temos em bom conceito ou que não gostamos de ler, porque não é de afastar-se que nossos netos neles encontram interesse, encanto, emoção e alegria e nos venham a agradecer que os tenhamos conservado. E guardemos os quadros, as esculturas, as colchas bordadas, as cartas de família, os diários, os retratos, as fotografias, as canções, as danças e tudo o que a sensibilidade vai gerando e deixando no tempo, tudo o de que se constrói um patrimônio que, de círculo em círculo, vai sendo pessoal, familiar, grupal, municipal, estadual, regional, nacional e universal.

Carlos Drummond de Andrade escreveu um poema, que todos conhecem, em que fala do poeta municipal, do poeta estadual e do poeta federal. No poema, a ironia ilumina a verdade de que

todos são, em suas respectivas órbitas, necessários. No que agora nos interessa, a conservação das heranças culturais, avulta, porém, a figura daquele que os franceses tanto prezam: o intelectual de província. É ele quem toma a si o encargo de manter viva a cultura recebida e, em muitos casos, de renová-la. Porque a cultura constrói-se localmente, para só depois alimentar os grandes artistas, que vão dar-lhe dimensão universal. Alguns desses jamais deixam, alias, de ser isto, um homem de província, que pensa, sente e revela o mundo a partir das formas e dos valores de seus pagos. Como Fredéric Mistral, por exemplo. É assim que existimos na história: fazendo-a, a partir do que nos foi dado. Aqui, na província. Onde cada um dos que se encontram nesta sala é uma espécie de formiguinha da cultura. Ciente de que é só na medida em que mantemos vivos e criativos os múltiplos espaços em que nos inserimos - a família, o bairro, a cidade, o estado, a região, o país, o continente, o mundo atlântico e o planeta - somos dignos de existir na história. Porque uma causa é existir do nascimento à morte, e outra sair de um passado imenso, mas presente em tudo o que temos, e não terminar jamais num futuro que construímos.

Debate Sobre Identidade e Patrimônio Nacional

Conferência
de Alberto da Costa e Silva



DEBATE

M. PAULO NUNES -
Está aberto o debate. Eu quero pedir permissão aos senhores conselheiros, já que estamos em sessão aberta, para que haja participação de todos os presentes, de toda a assistência.

.... - Apenas uma lembrança. Eu li recentemente umas crônicas de Olavo Bilac, nas quais ele descrevia a São Paulo de seu tempo e, referindo-se a viagens que tinha feito àquela cidade, cinco ou seis anos antes, argumentava que as cidades se transformam com uma rapidez enorme, que mudam muito mais depressa do que as pessoas.

A. DA COSTA E SILVA - Concordo com ele. Eu vi, no correr de minha vida, o Rio de Janeiro ser reconstruído duas ou três vezes. O Rio de Janeiro de hoje é praticamente outra cidade, erguida sobre aquela a que cheguei aos doze anos. O mais importante não foi a sucessão de estilos arquitetônicos que foram, até de maneira predatória, predominando na cidade. A própria estrutura do Rio de Janeiro mudou. Deixou a cidade de ser centrada, para transformar-se numa urbe com múltiplos polos de convergência. Com isso, alterou-se fundamentalmente sua fisionomia. Passou a ser uma outra cidade. O Rio de Janeiro que tinha seu cerne no espaço que ia da Praça Mauá à Praça Floriano e da Praça Tiradentes ao Castelo,

dividiu-se num como que conglomerado de cidades, com centros em Ipanema, na Gávea, em Copacabana, na Tijuca, no Méier, em Madureira, etc. E ao mesmo tempo multiplicou os seus habitantes, que, quando lá chegou, em 1943, pouco passavam de um milhão. Como poderíamos evitar essas transformações? E devemos evitá-las? Tanto nós quanto a cidade tínhamos de continuar vivos. E continuamos vivos. Pena foi que, neste processo de crescimento, não se tenha sabido preservar muita coisa que merecia ser preservada, até mesmo alterando suas funções. Veja-se o caso dos cinemas. Boa parte dos cinemas do Rio de Janeiro funcionava em salas requintadas, em enormes salas, para atender a um público crescente. Alguns de seus prédios eram magníficos exemplos de "art-deco". A televisão esvaziou essas salas. Não havia mais razão para cinemas com quinhentos, oitocentos, mil ou mais lugares. Passamos a ter pequenas salas, para um público muito mais restrito. Os antigos cinemas - alguns deles imensos, enormes - poderiam ter sido transformados em centros comerciais, divididos em salas com diferentes vocações, em grandes ginásios esportivos. E alguns, pouquíssimos, o foram. Quase todos tiveram, porém, outro destino: a demolição. E até mesmo grande ironia - para dar lugar a centros comerciais e a ginásios esportivos. E, assim, grande galpões substituíram prédios com grande personalidade e até

alguma história. Eu não sou, contudo, o pessimista que pareço. Sinto que, hoje em dia, as pessoas se vão convencendo de que é preciso conservar o passado. Quando eu vivia em Madrid, faz uns vinte e poucos anos, derrubava-se boa parte da cidade. Uma tristeza. Atualmente, já não se derruba tanto nem da mesma forma. O que se faz? Modifica-se ou derruba-se a parte interna de um edifício, ou aquelas partes mais neutras, e se preservam a fachada, o casco, as salas nobres. E dentro do prédio antigo, surge um edifício moderno. Isto sai caro, é óbvio. Precisa-se de muito dinheiro para isto. Mas ganha-se tanto no mercado imobiliário de uma cidade em rápido processo de enriquecimento, que a despesa vale a pena. Até mesmo porque os compradores de imóveis se orgulham de morar ou ter seus escritórios em prédios enobrecidos pelo tempo.

... - Com relação ao Rio de Janeiro, creio que foi terrível o sacrifício do Palácio Monroe, um prédio histórico, que sediou o Senado Federal. Derrubaram-no para que? Para substitui-lo por um espaço vazio, no qual puseram um chafariz.

A. DA COSTA E SILVA - A demolição do Palácio Monroe foi um absurdo. Mas amparou-a, na época, a recomendação dos mais famosos arquitetos brasileiros, que o declararam um prédio sem valor arquitetônico e sem valor histórico. Vejam bem, sem valor histórico. Porque,

entre nós, só tem valor histórico o que conta com mais de um século, e não tem valor arquitetônico nada que se fez entre o neoclássico oitocentista e o modernismo.

... - Com relação ao Rio de Janeiro, eu gostaria de observar o seguinte: apesar da destruição, que é uma tradição brasileira - é uma tradição brasileira construir novas cidades umas sobre as outras -, apesar da destruição, dizia, o Rio de Janeiro possui uma identidade muito forte, que lhe é dada pela geografia, que é belíssima. E uma cidade envolvida pelo mar, as montanhas e a floresta. É uma cidade de espírito cosmopolita, com um charme enorme, apesar da destruição de seu patrimônio. Infelizmente, nem todas as outras cidades brasileiras são salvas pela paisagem. Elas esvaziam-se com a destruição do patrimônio. Credo que o senhor foi muito feliz em suas observações sobre Teresina. O que temos de valor aqui para guardar? Temos de pensar nisto seriamente. Porque uma cidade com um urbanismo do século passado, de excelente qualidade, está sendo destruída totalmente.

... - No que é mais importante: o uso do espaço.

DIVA FIGUEIREDO - Quero também concordar com outra observação do senhor: a de que só nos preocupamos em preservar o que é da época colonial. Isto é um defeito de avaliação até mesmo do órgão a que pertenço,

que tem desvalorizado o processo histórico de modificações e acrescentos nos prédios antigos. O IFAN passou toda a sua vida como instituição preservando a arquitetura colonial e se esqueceu do resto. Por isso mesmo, muita coisa foi destruída no Brasil.

M. PAULO NUNES - Mais alguma pergunta? Cecília Mendes, é com você.

CECÍLIA MENDES - A palestra do Embaixador mostrou a todos nós a riqueza de sua leitura visual, de sua passagem por tantas cidades, por tantas ruas, por tantos espaços fora do nosso espaço brasileiro, dela retirando uma reflexão extremamente útil para nós. Eu vou levar à secretaria competente do Município a sugestão de que se preserve a metade das árvores existentes num terreno onde se venha a erguer um edifício. Que este fique contornado pelo verde. Uma outra sugestão, que eu ouvi há alguns dias, partiu de um arquiteto piauiense que trabalha com patrimônio, mas em Minas Gerais, em Ouro Preto, Olavo Pereira da Silva. Pregava ele que não se devia deixar construir espingões e enormes edifícios de apartamentos ao lado de uma casa antiga, de uma casa seja colonial, neoclássica ou simplesmente no velho e simples estilo piauiense, sem arquitetura bem definida, mas que tem valor patrimonial, pois representa uma época passada. E nossa. Impediríamos, assim, que o entorno esmagasse o que se deseja preservar. Que outras sugestões, nesta mesma

linha de idéias, tem o Senhor?

A. DA COSTA E SILVA - Nenhuma. As sugestões e as soluções quem deve ler são vocês. Vocês é que são responsáveis pela história de Teresina. Eu sou, eu sou apenas um piauiense *jus sanguinis* de passagem.

... - Eu, que sou técnico na área, quero, sim, apresentar uma sugestão. Na realidade, quero reiterar uma sugestão que o Embaixador já apresentou em sua palestra. Temos de respeitar o que está construído. Vamos erguer os novos prédios dentro de novas áreas. Vamos deixar o que está construído quietinho. Sem demolições.

A. COSTA E SILVA - Há, em favor de sua tese, até mesmo um forte argumento econômico. Faz alguns anos, um grande economista norte-americano, a quem eu acompanhava num passeio pelo Rio de Janeiro, ficou espantado com a série de demolições que via. E disse-me: "Por que é que vocês estão derrubando esta casa? Ela está perfeita! Ela vale um dinheirão!" Vendo-se as causas exclusivamente de um ponto de vista macro-econômico, estávamos destruindo uma riqueza, pondo abaixo um patrimônio - o que é um absurdo. Para que alguns sujeitos ganhassem dinheiro, a coletividade perdia capital. E o norte-americano observou: "É uma casa de alvenaria, coberta de telha, com portas e janelas de boa madeira - vale uma fortuna! Ela representa um patrimônio; ao

derrubá-la, vocês estão descapitalizando a cidade e a nação". Num país onde existe um sério problema habitacional, como o nosso, é antieconômico derrubar uma casa para construir outro prédio no lugar. Temos de construir casas novas, onde não há casas ou onde há palhoças. Vivemos num país pobre, mas esbanjamos recursos, ao demolir prédios que podiam ter ainda cem ou mais anos de vida. Mas isso se coaduna com o fato de que, sendo pobres, temos um dos lixos mais ricos do mundo. Porque jogamos tudo no lixo. Até casas em perfeito estado ou que poderiam ser recuperadas com pequeno gasto. Por que a especulação imobiliária tem de exercer-se sobre o já construído e não sobre o baldio? Mas há ainda outros aspectos por considerar. Quando a ganância imobiliária anuncia um edifício de quatorze andares e vinte e oito ou cinquenta e seis apartamentos numa rua calma e com muito verde, está vendendo um produto falso. Pois, construído o edifício, acabou-se a rua calma e boa parte do verde.

PEDRO FERRER - Lá em Oeiras, preocupamo-nos muito com a questão da nossa identidade cultural. Somos uma cidade que fica entre Picos e Floriano, dois ativos polos econômicos. Atualmente, presido o Instituto Histórico de Oeiras, que já tem 25 anos, e lutamos muito para manter os referenciais culturais da cidade. Eu torço por que Oeiras se possa desenvolver economicamente, mas a cidade só tem importância

por causa de seu patrimônio cultural. Graças, aliás, a homens como Possidônio Queiroz, exemplo de artista de província, que se deixou ficar na sua terra, onde faleceu com 92 anos de idade. Compôs ele músicas belíssimas, que só recentemente um maestro de Teresina descobriu. Ele vivia lá, em Oeiras, na maior solidão, fazendo as valsas dele, belíssimas, valsas de espírito semelhante às de Strauss, que estão sendo agora gravadas em CD. O Professor Cineas Santos está fazendo um trabalho muito interessante de redescobrimento de raízes, o Projeto Mão Dupla. Ele leva para as cidades do interior, músicos, escritores, pintores, faz lançamento de livros, espetáculos teatrais, exposições, mas, ao mesmo tempo, trata de resgatar e valorizar os artistas e intelectuais do lugar. Agora, por exemplo, trouxe a Teresina um saxofonista admirável, que aqui está o Hamilton, que toca chorinhos como Pixinguinha, mas vive em São Raimundo Nonato, a 600 ou 700 quilômetros daqui. Eu achei muito interessante esse aspecto, que o senhor ressaltou, do patrimônio ativo, do patrimônio mental da cidades, porque não se valorizam muito essas pessoas que se deixam ficar lá, em seus pequeninos lugarcinhos.

A. DA COSTA E SILVA - Mas são essas pessoas, que criam quase anonimamente e muitas vezes não recebem o reconhecimento dos de sua terra, as que formam o húmus, o solo apropriado de

onde saem as grandes obras do espírito.

M. PAULO NUNES - Não esgotamos, claro, o assunto, mesmo porque este assunto é inesgotável.

... - Não é pergunta nem matéria para discussão. Apenas, Embaixador, eu quero dizer-lhe que já li muita coisa escrita pelo senhor, mas, há pouco, quando o Paulo Nunes leu aquele soneto seu, eu me dei conta de que o soneto traduz justamente toda a sua formação patrimonial, toda a sua cultura, porque ele está, no meu entender, dentro daquela linha da poética canônica.

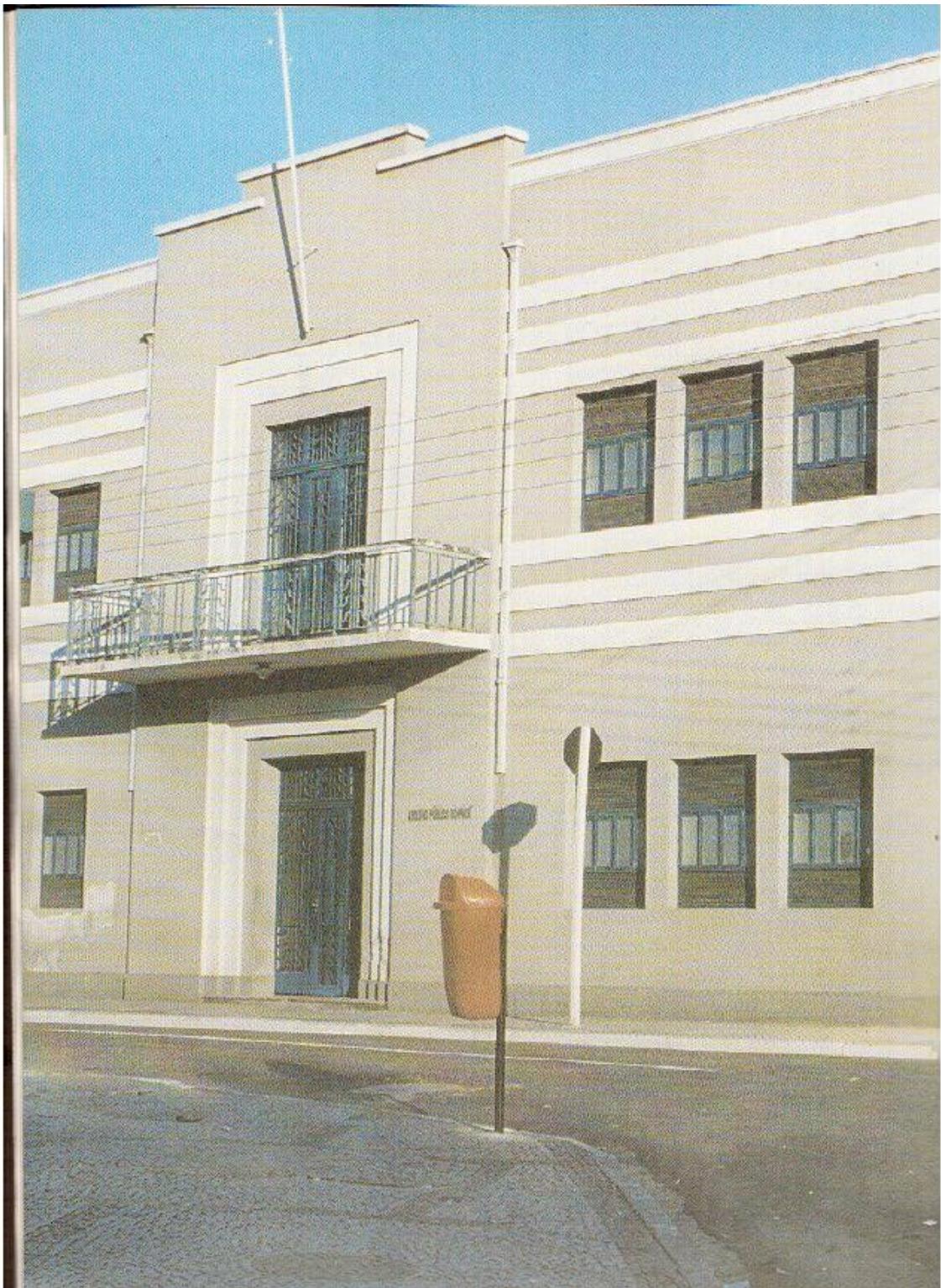
... - Dr. Paulo Nunes, antes de o senhor encerrar a sessão, eu queria dar uma sugestão: a de que essa palestra seja publicada no próximo número da revista *Presença*.

M. PAULO NUNES - Está aprovada a sugestão. Mas, para finalizar, eu queria evidentemente agradecer ao querido amigo Alberto da Costa e Silva, amigo afetuoso do Piauí e dos piauienses, por sua presença neste Conselho.

Pequena História de um Grande Conselho

*Francisco Miguel de Moura**







Não existe história escrita sem a participação dos sentimentos e das crenças de quem escreve. Não há uma história fria. Uns mais outros menos, cada um de nós deixa a marca pessoal em tudo o que faz. Como diria Drummond,

«de tudo fica um pouco».

A história é o estudo e o registro de problemas e acontecimentos da vida e da sociedade, tomados em bloco e interpretados à luz de documentos e criações humanas. Dados e sucedidos em espaços e tempos diferentes, os relatos da história mostram apenas uma reconstrução do passado, por mais objetividade que consiga o historiador, por mais que se aproxime da ciência.

Com esta orientação muito pessoal, pretendo levantar uma pequena e modesta história do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, aproveitando ainda a frescura dos documentos existentes e prevendo sua extinção, no futuro, como costuma acontecer.

Creio que já podemos dividir o seu pouco tempo de vida para uma instituição, em três fases, as quais chamaria de burocrática, solene e democrática.

1. Burocrática

A primeira fase alcançaria naturalmente desde sua fundação pelo Decreto nº 631, de 12 de outubro de 1965, assinado pelo Governador Petrônio Portella Nunes e seu Secretário da Educação e Cultura, Paulo da Silva Ferraz, até a assunção da Secretaria da Cultura pelo Prof. Manoel Páulo Nunes, em 26 de maio de 1982, ainda no Governo do Dr. Lucídio Portella.

Não há muito o que relatar sobre essa fase. O mais antigo livro de atas encontrado é de 5 de janeiro de 1970, conforme termo de abertura sem assinatura, e a primeira ata do CEC é de 2 de fevereiro do mesmo ano, em cuja sede provisória, na Rua Gal. Osório, 1976-N, esteve reunido, em sessão ordinária, às onze horas, «estando presentes os seguintes Conselheiros: - Des. Simplicio de Sousa Mendes - Presidente, Dr. Celso Barros Coelho, Dr. João Nonum Fontes de Moura Ibiapina, Capitão Aurino Nunes Filho, Dr. Manoel Felício Pinto e Jornalista Deoclécio Dantas. O Exmo. Sr. Presidente do Conselho dá início aos trabalhos do dia, propondo aos membros do Conselho que seja acrescentado, na lei que estipula o Prêmio Cultura do ano, também o gênero poesia, sendo analisado e pesquisado pelos Conselheiros. A proposta foi aceita, não havendo impedimento. O Exmo. Sr. Presidente recebeu um livro

sobre a grande figura das letras no Brasil - Câmara Cascudo, doado à biblioteca que brevemente será instalada neste Conselho; de acordo com o Plano de Cultura do ano em curso, está programada uma palestra semanal, pela Rádio Clube de Teresina, por um dos membros deste Conselho, debatendo sobre um tema da atualidade, de cunho educativo cultural etc. O Presidente da encerrada a presente sessão. Eu, Maria Elza Dias Rego, Secretária Substituta, farei e assinarei a presente ata.»

A transcrição reflete o que devia acontecer no desenrolar das poucas sessões que se realizavam (não houve nenhuma reunião nos anos de 1972 e 1973) - o que me dá razão para a classificação adotada. Mas o Conselho passava, já ali, às ações externas, através do programa de rádio Era uma espécie de consciência de sua importância, sem dúvida, dai porque carregava no seu tom burocrático. Quem ficou com a incumbência de fazer a palestra semanal, na Rádio Clube de Teresina, foi o Conselheiro, Prof. A. Tito Filho, por muito tempo, onde, com variado cardápio noticioso e crítico, revia erros gramaticais de diversos tipos e diversas publicações, mas também atingia a literatura e os escritores, especialmente os novos. Eu e O. C. Rego de Carvalho fomos uma das suas vítimas, com infundadas afirmações que atingiam a dúvida sobre autoria do livro Linguagem e Comunicação em O. G. Rego de Carvalho, dúvida que foi devidamente



esclarecida, conforme manifesto de maio de 1972, distribuído e publicado em todos os jornais da época, assinado por vinte e dois dos intelectuais e escritores mais atuantes, entre os quais alguns membros do Conselho, como era o caso de Fontes Ibiapina.

Não obstante a declaração final, referida ata não foi assinada nem pela Secretaria nem pelo Presidente. Até às fls.15, tudo o que se vê de assinatura é uma rubrica no alto das páginas de rosto, à esquerda, indicando ser da Secretaria do Conselho, Ceres Maria Paz Pinho, que permanece até o termo de posse do Prof. José de Arimathéa Tito Filho, em 16 de março de 1971, nomeado que fora pelo Governador João Clímaco d'Almeida, depois da morte do Des. Simplício de Sousa Mendes, em 2.1.71. Durante a vacância da Presidência, ocupou a o Conselheiro Vice-Presidente, poeta Luiz Lopes Sobrinho.

Em 27 de agosto de 1974, data da nomeação do novo Conselho, já no Governo Alberto Silva, nota-se a presença de outras pessoas como membros do CEC: Emilia Castelo Branco do Carvalho, Maria Amélia Azvedo Ribeiro, Armando Madeira Basto - este posteriormente se tornaria Presidente (9.9.74) - renovados os mandatos de José de Arimathéa Tito Filho, Luiz Lopes Sobrinho, Noé Mendes de Oliveira, João Nonon Fontes de Moura Ibiapina, Deoclécio Dantas Ferreira.

Durante todo esse tempo, no período em que considero a fase burocrática,

de que tratava o Conselho? Compra de livros, auxílio à publicação de autores individuais, posse de um ou outro conselheiro, comunicação de atos do Governo e da Secretaria de Cultura, de visitas oficiais, mortes, solenidades, discursos (até um de comemoração do VI aniversário da Revolução de 31 de Março) etc. etc. Não foi possível detectar outras formas de atuação do Conselho, muito embora constasse no Decreto nº 631,

O acontecimento mais importante foi a aprovação do Plano Editorial do Estado, na reunião do CEC, em 30.9.74, já então sob a Presidência do jornalista Armando Madeira Basto. No seu início, o Plano Editorial foi dirigido por Comissão que funcionava diretamente ligada ao Governo do Estado (Decreto nº 1416, de 17.1.72), não tendo a participação do Conselho Estadual de Cultura (que não estava funcionando plenamente, como vimos atrás), conforme consta da primeira obra, *Lira Sertaneja* de Herminio Castelo Branco, editada em 10 de setembro de 1972. Contando com as boas graças do Governador Alberto Silva, o Plano Editorial, nessa sua primeira fase, editou muitas obras de literatura e história. Referido Plano dá origem ao Projeto Petrônio Portela, depois de passar por um período estacionário de alguns anos. Também nessa época saiu a revista *Presença* (Nº 1, maio/74) que, embora prevista no Estatuto do Conselho Estadual de Cultura, continuou a ser organizada e editada sob os auspícios da Secretaria da Cultura, por muito tempo.

O primeiro presidente do Conselho foi, certamente, o Prof. José Camilo da Silveira Filho. Na pg. 2 do Estatuto e Regimento do CEC, impressos na Imprensa Oficial, em maio de 1967, consta a seguinte mensagem comprobatória:

«O Governador Petrônio Portela Nunes ao dispor sobre o funcionamento do Conselho Estadual de Cultura, preencheu uma



A. Tito Filho - Crítica aos novos escritores
de 12 de outubro de 1965,
art. 2º - "O Conselho Estadual de Cultura tem por finalidade: a) estudo e proposição de programas relacionados com a defesa do patrimônio cultural do Estado; b) promoção e defesa da cultura e aperfeiçoamento cultural do povo piauiense."

Também sobre o Concurso de Literatura, instituído pela Lei 2.208, de 17.11.61, a cargo do CEC, conforme art. 5, do citado decreto, não tivemos notícia de sua execução, apesar da cobrança que o poeta Hardi Filho e outros faziam pela imprensa.

importante lacuna na vida cultural do nosso Estado.

O novel organismo já está em funcionamento, registrando, em seu favor, o lançamento de importantes obras para o conhecimento da nossa vida, destacando o livro de mestre Odilon Nunes, *Pesquisas para a História do Piauí*.

No leitura dos documentos em anexo, constata-se o alto significado da tarefa confiada àquele organismo, cujo desenvolvimento constitui objetivo inadiável da política cultural do Governo do Estado. José Camilo Filho - Presidente.»

Não há como contestar que o CEC já naquele mês de maio de 1967 existia legalmente, embora não se saiba como nem onde funcionava, mesmo que precariamente, pois não encontramos atas nem outros papéis que o denunciassem, exceto a Portaria CEC 4/67, de 6 de novembro de 1967, nomeando Sônia Maria Setúbal da Cunha e Silva para o cargo de Escrevente Auxiliar, assinada pelo Presidente, José Camilo da Silveira Filho.

Já em 1969, encontramos os documentos que passamos a relatar:

a) «Portaria nº 1/69. O Presidente do Conselho Estadual de Cultura, no uso de suas atribuições legais, etc. RESOLVE designar a funcionária SÔNIA MARIA SETÚBAL DA CUNHA E SILVA para a função de Secretária Geral Administrativa, com os vencimentos de Ncr\$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros novos), retroagindo os efeitos da presente portaria

a partir do dia 2 de janeiro do corrente ano, data em que a referida funcionária (passou) a servir como Secretária, neste Conselho. Comunique-se e cumprase.» Portaria assinada pelo Des. Simplicio de Sousa Mendes, mas não datada.

b) Registro de termos de compromisso dos funcionários servidores do Conselho, assinados pelos serventuários Expedito José Mota Tavares, Gilda Conceição Rocha Portela, Maria Laura Soares Castelo Branco, Luisa Alves de Moura, Carlos Alberto Fernandes de Sousa, Maria das Graças Rodrigues dos Santos e Sônia Maria Setúbal da Cunha e Silva, e pelo Des. Simplicio de Sousa Mendes, que, além de Presidente do Conselho Estadual de Cultura, era também Presidente da Academia Piauiense de Letras.

Em 16 de março de 1971, o Prof. José de Arimatéa Tito Filho, sendo, à época, Presidente da Academia Piauiense de Letras, assume a Presidência do Conselho Estadual de Cultura.

2. Solene

Com a criação da Secretaria da Cultura (Lei 3.262, de 6.12.73) e sua estruturação no ano seguinte (Lei Delegada 115, de 2.4.74), colocando o Conselho Estadual de Cultura como um órgão da administração direta, como que o CEC se transforma em departamento daquela Secretaria. Se por um lado, tirou-lhe algumas iniciativas, por outro entrosou-o com órgãos como o Departamento do

Patrimônio Natural e Cultural. Foi quando o Conselho trabalhou intensamente, apreciando matérias enviadas por esse departamento, dando seus pareceres sobre os tombamentos de prédios públicos e particulares considerados históricos e de importância cultural.

Entretanto, creio eu, a criação de três cargos de suplentes (Lei Delegada nº 160, de 15.7.82), justamente na administração Paulo Nunes, na Secretaria da Cultura, foi providencial. Foram nomeados pelo Governador o escritor Francisco Miguel de Moura e os funcionários da Secretaria da Cultura, mas também ligados aos meios culturais, Luís Gonzaga Brandão de Carvalho, advogado, e José Aírton Gonçalves Gomes, bibliotecário, que assumiram no dia 7 de outubro de 1982, em sessão extraordinária, no auditório do Museu do Piauí. A solenidade contou com a presença do próprio Secretário de Cultura, Manoel Paulo Nunes, do Prof. José Pires Gayoso de Almendra Freitas - Presidente do Conselho Estadual de Educação, representando também o Secretário da Educação, e dos seguintes conselheiros do Conselho Estadual de Cultura: Prof. Benjamin do Rego Monteiro Neto, Presidente, Dr. Zenon Rocha, Prof. Leopoldo Portela Barbosa, Prof. Noé Mendes de Oliveira e Profa. Walda Neiva de Moura Leite. Num belo discurso, além de fazer a apresentação dos suplentes, com seus cargos e ocupações no seio da cultura piauiense, o

Secretário, Prof. Paulo Nunes, justificou a necessidade da criação daqueles cargos, para que, com sua convocação, o Conselho pudesse reunir-se e funcionar. Referia-se à ausência, por motivos diversos, dos membros titulares às sessões do CEC, conforme verificado nas atas daquele ano e dos anteriores.

A segunda fase do Conselho começa, então pelo meio da administração do Prof. Benjamin do Rego Monteiro Neto, que exerceria aquele e mais dois mandatos na Presidência da entidade. Para concordar com a minha classificação, basta olhar a lista dos Conselheiros da época: Benjamin do Rego Monteiro Neto, José Camilo da Silveira Filho, Zenon Rocha, Leopoldo Portela, Maria Amélia Azevedo Ribeiro, Luiz Lopes Sobrinho e Noé Mendes de Oliveira. Eu fiz parte da primeira gestão do Prof. Benjamin do Rego Monteiro Neto (e na seguinte, como conselheiro, posse em 30.01.87) e, modestia à parte, sou fonte viva do que escrevo. Fiz parte, sim, como Suplente de Conselheiro, e, de vez em quando, ou melhor, constantemente era convocado. Fui indicado pelo Prof. Paulo Nunes, criador dos Suplentes, com o intuito de dinamizar o Conselho, quando era Secretário de Cultura (de 26.5.82 a 15.3.83).

É exatamente nessa fase que começa o esforço do Conselho para sair do ovo, da fase burocrática. Quer trazer a revista *Presença* para ser organizada pelo CEC, procura entrosar-se com os demais Conselhos Estaduais e com outras

entidades de escritores e artistas. Lembro agora da solenidade de 21.7.83, festa do lançamento do livro *Inventário Precoce*, poemas de Dalila Teles Veras, convidada pelo Prof. Benjamin do Rego Monteiro Neto, na sede do Conselho, contando com presença de muitos intelectuais da terra. Sendo portuguesa da Ilha da Madeira e residente em São Paulo, Dalila tinha (e tem), no entanto, uma grande identidade com o Piauí, pois



Francisco Miguel de Moura
Fase Solene

é casada com o advogado e também escritor piauiense, Valdecírio Teles Veras. Na oportunidade, eu fiz um discurso que era também um estudo crítico do livro apresentado.

Compulsando as atas da época, pode-se observar a procura de entrosamento com a Secretaria de Cultura, no intuito de organizar calendário de atividades culturais e mesmo de dar subsídios à formulação dos programas culturais anuais a serem desenvolvidos pelos diversos departamentos daquela Secretaria. Indo aos exemplos concretos: é o próprio Secretário de

Cultura, Prof. Paulo Nunes, quem informa ao Conselho a realização do Congresso de Escritores do Norte e Nordeste, pela Associação dos Escritores (no caso seria a UBE-PI), com o apoio da Secretaria, durante cujo evento foi lançada a nova edição da *Antologia de Da Costa e Silva*, com a presença do festejado e ilustre embaixador, Alberto da Costa e Silva, filho do poeta; o conselheiro Prof. Noé Mendes insiste na elaboração do calendário de eventos e na contribuição que cada membro do Conselho pode prestar à elaboração do Plano Cultural do Estado, além de comunicar sua participação em congresso acontecido no Espírito Santo (Vitória), promovido por procuradores e membros do Serviço Jurídico das Instituições do Ensino Superior (COSJUB), destacando um concerto de violino e piano por um casal de polacos e o discurso da Dra. Shirley de Sousa Drummond Louro, especialmente pela recitação que fez do poema "Estatuto do Homem", de Thiago de Mello, considerado por Tristão de Athayde, não só um monumento de beleza poética mas igualmente de afirmação da dignidade do homem (sessão de 14.10.82); durante a reunião de 28 de outubro de 1982 foi distribuído o trabalho *Diretrizes Para a Operacionalização da Política Cultural do MEC*, a fim de que subsidiasse o Plano Cultural. Foi quando eu, como Suplente convocado, examinando rapidamente o referido trabalho, disse a respeito do item B:

Interação das diferentes culturas, que «não existe reciprocidade de relações culturais entre o Piauí e outros Estados, observando que recebemos escritores e conferencistas, a maioria com ajuda da Secretaria da Cultura, e nós piauienses não nos propomos a obter igual tratamento, deixando de levar pessoalmente os nossos escritores, nossa literatura, artes e nossas pesquisas aos outros centros, com apoio das instituições culturais oficiais, tendo o Conselho de Cultura como um promotor e divulgador do nosso trabalho fora do Estado.» Em seguida, falei sobre meu trabalho de editor da revista *Cirandinha*, frisando não ter recebido nenhuma ajuda oficial e que, mesmo assim, realizei um concurso de poesias, de âmbito nacional, com a participação de mais de 300 concorrentes, a cujos vencedores entregaria os prêmios brevemente. O Prof. Benjamin justificou suas faltas anteriores, porque esteve presente no Encontro de Vitória, acima mencionado, e noutro em Salvador, Bahia. Aproveitando observação que fiz, propõe a abertura de um "stand" no Aeroporto para colocação de livros editados pelo Projeto Petrônio Portela e tentará fazer o mesmo junto às livrarias locais.

Como falei acima, o Plano Editorial do Estado agora passou a ter outro nome e ser regido por outra lei. Era o Projeto Petrônio Portela (Decreto 5.678, de 6.1.84, baixado pelo então Governador Hugo Napoleão). Embora continuasse sem a

participação do Conselho Estadual de Cultura, pois era dirigido pela Fundação Cultural do Piauí, o Projeto Petrônio Portela acolheu, muitas vezes, em seu Conselho Editorial nomes de Conselheiros do CEC. O caso mais digno de nota é o do Prof. Benjamin do Rego Monteiro Neto, ao tempo em que era Presidente do CEC, porque às vezes polêmico em seus pareceres. Ele foi chamado várias vezes a participar e participou da seleção de algumas obras submetidas ao Projeto para edição. Era assim que, não obstante não participar diretamente, o Conselho

condução das sessões e no leque de ações desenvolvidas a partir dali.

Porque acredito que todos fazem a história, não somente as personalidades e os líderes, coerentemente registro o serviço das duas secretárias: a que mais tempo serviu, funcionária da Fundação Cultural cedida ao CEC, Leila Maria de Almeida Veloso; e, durante pouco tempo, em 1984, a poetisa e professora Gildes Silveira, que também secretariou o Colegiado.

3. Democrática



Cineas Santos - Fase democrática

Estadual de Cultura jamais deixou de tomar conhecimento e de opinar sobre o Projeto e as obras publicadas.

Com essa mostra, penso ter firmado minha classificação, muito mais pelo otimismo da época que pela elite que compunha o colegiado do CEC. É verdade que o que direcionava o Conselho era a pontualidade, severidade e firmeza do Prof. Benjamin do Rego Monteiro Neto, o Presidente do período, na

A terceira parte e atual eu chamaria de **democrática**, ou popular, mas no melhor sentido desta palavra, fazendo contraste com o solene da fase anterior. Há outra razão. É que, não obstante, no primeiro regimento interno do Conselho já constar a representação de várias áreas da cultura, através dos seus membros, ou seja, o princípio da diversificação do saber e especialidade de cada Conselheiro, somente com o advento da Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989 as reivindicações populares tiveram vez. Dada a importância dessa lei maior e a rapidez com que todas as leis são reformadas hoje, não resisto ao desejo de transcrever a parte primeira do Cap. IV, da referida Constituição Estadual:

"Art. 229 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará

a valorização e a difusão das manifestações culturais estaduais.

Parágrafo 1º - As manifestações das culturas populares terão proteção especial do Estado e dos Municípios.

Parágrafo 2º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Art. 230 - Os colegiados normativos e consultivos de caráter permanente que participem das decisões do Poder Público Estadual sobre cultura terão seus membros indicados da seguinte forma: a) um terço pelo Poder Executivo; b) um terço pelo Poder Legislativo; c) um terço pelas entidades representativas dos produtores culturais."

Coincidemente, o Prof. Paulo Nunes, agora não mais como Secretário de Cultura mas Presidente do CFC, foi quem deu posse aos novos membros do Conselho nomeado após as normas da Carta Constitucional do Piauí acima transcritas. O Colegiado passou a ser formado pelos seguintes Conselheiros, sendo Governador Antônio de Almendra Freitas Neto, Ato de 26.12.91, posse em 13.1.92; Titulares: Francisco Aci Gomes Campelo, Cinéas das Chagas Santos, Diva Maria Freire Figueiredo, Helena Conde Medeiros, José Eduardo Pereira Filho, José Itamar Guimarães Silva, Manoel Paulo Nunes, Maria Clarice de Souza Gomes e Maria Gomes Figueiredo dos Reis, Suplentes (posse em 27.92);

Amaury Teixeira Nunes, Valderi Ulisses Duarte e Laurence França de Noronha Pessoa. Posteriormente, com a interrupção dos mandatos dos Conselheiros Cinéas das Chagas Santos e Helena Conde Medeiros, as vagas foram preenchidas (Atos de 14.1.93 e 10.3.93) por Cristina Maria Miranda de Sousa Pinheiro Correia e Pedro Ferrer Mendes de Freitas, empossados, respectivamente em 28.1.93 e 18.3.93.

Hoje, o Conselho Estadual de Cultura contém representação das principais entidades culturais organizadas e atuantes, e isto reflete nas indicações do próprio Governador do Estado e nas eleições pelo Poder Legislativo. Vejamos a composição do Conselho atual, cujos mandatos se extinguem a 29.6.99.

Por indicação do Governador: Pedro Ferrer Mendes de Freitas, Cristina Maria Miranda de Sousa e Francisco Pereira da Silva Filho; por eleição pela Assembléia Legislativa: Francisco Miguel de Moura, José Itamar Guimarães Silva e José Mauro Barbosa Ribeiro; por indicação das Entidades Culturais: Manoel Paulo Nunes (Academia Piauiense de Letras); Wellington da Silva Sampaio (Sindicato dos Artistas de Teatro) e Diva Maria Freire Figueiredo (Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB). Suplentes: Amaury Teixeira Nunes, Ana Clélia Barradas Correia e Francisca Maria Soares Mendes (Ato de 14.4.97 e posse em 24.4.97).

É difícil escrever a história atual, simplesmente porque o presente não pode

ser julgado pelo presente. Mas, com uma olhada mais ou menos superficial sobre o que aconteceu nos últimos tempos, no Conselho Estadual de Cultura, podemos dizer que a sua continuidade é necessária. É fato que, com a nova política nacional de globalização, as formas de fazer cultura estão mudando, pois mudanças na economia atingem a todos indistintamente. Aos poucos foram sendo esvaziadas as Secretarias de Cultura e Fundações Culturais. Aqui, também. As transformações acontecidas, especialmente no atual Governo, culminando com a troca do nome da Fundação Cultural do Piauí para Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí, com privilégio para o esporte e evidente perda para os outros setores, foram motivos de crítica sincera e fundada por parte do atual Presidente, apoiado no pensamento da maioria dos Conselheiros - tudo no sentido de evitar um recesso nas atividades culturais.

No mandato anterior, contando com a dinâmica liderança e atuação do Conselheiro Cinéas Santos e a sempre disponível disposição do Presidente, Prof. Paulo Nunes, o CEC participou de programas e cursos pelos diversos e mais importantes municípios do Estado, comandados pela Fundação Cultural, levando artes, teatro e literatura, sob forma bem didática e informativa.

No mandato atual, como no anterior, o CEC esteve bem entrosado com as ações que se referem à defesa do Patrimônio, através da Conselheira Diva

Maria Freire Figueiredo, representante do IPHAN, no Piauí, e de conselheiros outros como Pedro Ferrer Mendes de Freitas, sempre vigilante com relação a Oeiras. Os Conselheiros de per si e o Conselho como um todo sempre estiveram de olhos abertos para o setor, basta abrir os livros de atas desses dois períodos. Exemplo recente: mal chegou ao Conselho a notícia de que o centro histórico de Oeiras, cidade que é "Monumento Nacional", iria ser asfaltado por constituir-se seu asfaltamento em «fator determinante de progresso», segundo seus defensores, promoveu-se uma reunião (sessão de 26 de março de 1998), presidida pelo Prof. Paulo Nunes, com a presença dos Conselheiros

Pedro Ferrer Mendes de Freitas, Francisco Miguel de Moura, Diva Maria Freire Figueiredo, Ana Clélia Barradas Correia, Francisca Maria Soares Mendes, presentes o Secretário de Segurança Pública, Sr. Juarez Piauense de Freitas Tapety, representante da Prefeitura de Oeiras; Susana Lago Mello Soares, da Procuradoria da União do Piauí; Maria Carmen Cavalcanti de Almeida, da Curadoria do Meio Ambiente; Demócrito Chagas Barreto, representante do Presidente da FUNDEC; Rogério Newton de Carvalho, da Defensoria Pública do Estado do Piauí; Moisés Reis, Deputado Estadual; Mauro Tapety, Benedito Rubens e a jornalista Tânia Martins, do «Meio Norte», para tratar exclusivamente do assunto. Destaquemos trechos do ofício nº 19/98 - CEC, de 13 de abril de 1998, ao Exmo. Sr. José Nogueira Tapety Neto, Prefeito Municipal de Oeiras, em que o Conselho Estadual de Cultura, manifestando a opinião de seus membros presentes àquela reunião e a concordância de personalidades da comunidade cultural piauiense também ali presentes, solicita sua cooperação na defesa do nosso patrimônio histórico ("parte das mais significativas da memória dos piauienses"). E no mesmo expediente comunica que «o centro histórico de Oeiras deve ser considerado, tendo em vista a sua preservação como um conjunto urbano, tendo como base de referência deste conjunto o perímetro proposto pelo projeto de

Inventário e Estudo de Proteção, desenvolvido com o consórcio do IPHAN, FUNDEC e MINC. Este perímetro foi definido a partir da área urbana já delineada em mapa antigo da cidade, de 1808. (...) A área de valor histórico existente em Oeiras a ser preservada deve ser a mesma contida no perímetro de tombamento proposto no projeto desenvolvido pela FUNDEC e IPHAN. Isto não significa contudo que as autoridades, nas três esferas administrativas e principalmente a municipal, que gerencia o dia-a-dia da cidade e acompanha de perto a sua evolução, devam abandonar o centro histórico de Oeiras. Ao contrário, ele necessita de atenção especial dos administradores locais, interessados em promover intervenções que lhe preservem, resgatem e valorizem as características originais e ao mesmo tempo promovam a melhoria da qualidade de vida para a população.»

Com relação ao financiamento da cultura, já então sem amparo orçamental, não possuímos nenhuma lei de incentivos fiscais e o Projeto Petrólio Portela estava parado há anos. Que fazer? O pleito do Conselho Estadual de Cultura, que não pode ser subavaliado, porque uma de suas realizações mais preciosas do período, é a Lei de Incentivos Fiscais (Lei nº 4.997, de 30.12.97, regulamentada pelo Dec. nº 9.878, de 5.3.98), antes, porém, amplamente debatida com as entidades culturais mais representativas da cultura piauiense. Acredita-se que tal lei

-1998-
*A Presença feminina
no Conselho
Estadual de Cultura.*

*Francisca Maria Soares
Mendes.*

*Diva Maria Freire
Figueiredo.*

Ana Clélia Barradas.



entrará brevemente em execução, para gôudio dos produtores culturais necessitados.

Ponto alto de nossas reuniões foi, sem dúvida, a visita que nos fez o embaixador Alberto da Costa e Silva e sua conferência proferida no plenário do Conselho, em 1997, abordando vários assuntos do maior interesse, mas centralizada principalmente no problema da conservação do patrimônio histórico da humanidade, no contexto de vários países e de várias culturas. Foram convidadas e compareceram autoridades e pessoas representativas da sociedade teresinense, não se tratando absolutamente de uma sessão fechada, apenas para os Conselheiros.

Finalmente, a revista *Presença* foi reativada no primeiro semestre de 1993, quando saiu o nº 20 e, daí por diante, saem mais os nº's. 21, 22, 23, 24 e 25, este último no segundo semestre de 1997. Com as dificuldades financeiras por que vem passando o Estado, o Prof. Paulo Nunes, um inveterado amante das boas letras e da cultura, batalhou incansavelmente para conseguir os fundos dessas edições, muitas vezes recorrendo a outras entidades públicas e mesmo particulares.

A par de seu trabalho contínuo como crítico talentoso, culto e honesto, orientando a leitura dos mais novos e comentando nos jornais os bons livros editados no Brasil e outros países, especialmente em Portugal, o Prof. Paulo Nunes vem fazendo um ótimo trabalho junto ao

Conselho Estadual de Cultura. Durante suas duas gestões tem ficado atento a tudo que acontece de bom e mau na comunidade piauiense, seja uma biblioteca que se abre ou se fecha, seja um prédio público que esteja em más condições e possa prejudicar o bem cultural público de alguma forma, seja convidando entidades e associações científicas, artísticas e literárias para debater seus problemas, seja na sentinela com relação ao meio ambiente. É um trabalho muitas vezes silencioso mas gigantesco nos seus efeitos. Por onde quer que vá leva o Conselho consigo. Para comprovar minha afirmação e arrematar esse arremedo de história, transcrevo seu último artigo, jornal *O Dia*, de 31 de maio de 1998, com o título **Fórum de Conselhos de Cultura:**

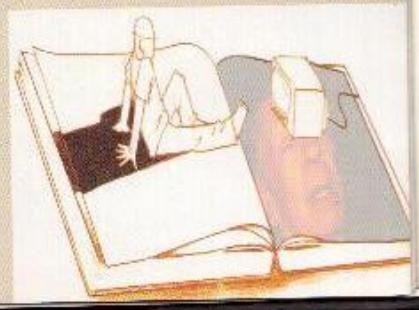
"Ao retomar de uma viagem a Rosário, no nordeste da Argentina, província de Santa Fé, em visita a familiares que ali residem, detive-me durante alguns dias em Porto Alegre, também em visita a parentes.

Rosário é uma cidade de feição europeia, com 1.300.000 habitantes e ascendência italiana, de forma preponderante. Possui cinco universidades, uma das quais a Nacional, com 64.000 estudantes, uma vida cultural intensa, que se faz em torno de um grande teatro, «El Círculo», belíssima construção em estilo neoclássico, onde assistimos a uma representação da Filarmônica de Buenos Aires. Conta ainda com um museu de belas-artes e um museu histórico, através do qual se

recunha a argentina, boas literárias, com grandes estoques, no estilo da antiga Livraria Freitas Bastos, no Rio das décadas de 40 a 70, rua de pedestres, como a famosa Córdoba, com mesas e cadeiras nas calçadas como se vê em Paris, e bons restaurantes, onde se degusta o bom vinho de Mendoza, acompanhando a melhor carne do mundo.

Em Porto Alegre, participei de uma reunião do Conselho Estadual de Cultura, que é atualmente presidido, com muita competência, pelo editor Roque Jacoby, uma figura simpática e acolhedora de quem recebi o amável convite para almoçar e, em seguida, tomar parte na sessão do Conselho. Ali falei durante cerca de vinte minutos, sobre o programa de atividades desenvolvidas em nosso Conselho, especialmente no que diz respeito à preservação do nosso patrimônio cultural e à divulgação de nossa cultura, através da revista *Presença*, hoje considerada, no gênero, um dos mais significativos órgãos de divulgação cultural do país.

Lembrei o esforço memorável que os Conselhos de Cultura têm desenvolvido, não obstante a falta de recursos e a má vontade dos governos em relação à cultura, por eles considerada mera superfetação, uma espécie de beletrismo de mau gosto que há pouco tempo conceituamos como infra-



literatura, muito pior do que a subliteratura, pois se encontra abaixo desta, em que são férteis as academias que diariamente se fundam entre nós, menos para contribuir para o desenvolvimento da cultura do que para alimentar as vaidadezinhas paroquiais, num esforço indecente para o cultivo das coisas inuteis. Destaquei a função da cultura como processo de vida, que se incorpora à nossa vivência e à nossa sofisticação diária e só ela é capaz de elevar o homem à sua grandeza e à sua maior dignidade. Retomei, mais uma vez, a irretocável conceituação do ensaísta inglês John Cowper Powys, em seu livro *Significação da Cultura*, para quem cultura é aquilo que resta em nós quando esquecemos tudo o que aprendemos.

Finalmente, solidarizei-me com o próximo Fórum Nacional de Conselhos de Cultura, que será promovido por aquele Conselho de 29 de julho a 1º de agosto do corrente ano e para o qual estão sendo convocados todos os Conselhos do país. Esta idéia coincide com antiga

proposta por nós insistente mente defendida junto aos ministros da Cultura com os quais tem coincidido minha gestão na presidência de nosso Conselho, como forma de mantê-los integrados na função de órgãos promotores da cultura no país. Disse ainda que aquele Fórum seria como que o ponto de partida para a realização de novos encontros similares em todo o país, através dos quais proceder-se-ia à perfeita integração entre essas entidades culturais e se redefiniria uma política efetiva de defesa da cultura brasileira, em suas diferentes formas de expressão.

Foi assim uma proveitosa reunião e uma oportunidade das melhores para repensar-se os problemas da cultura em nosso país, sobre os quais também se debruçam os ilustres integrantes daquele colegiado."

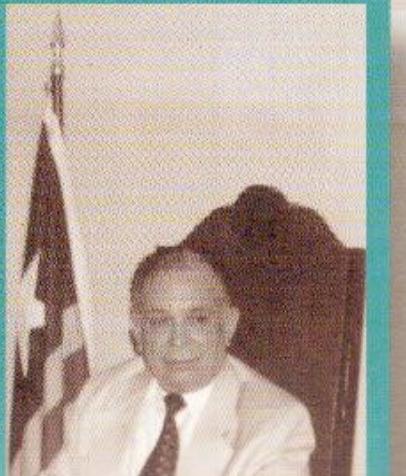
Paulo Nunes é assim, o escritor e o homem público. Tem sido confundido algumas vezes, por algumas pessoas, com o próprio Conselho, como se

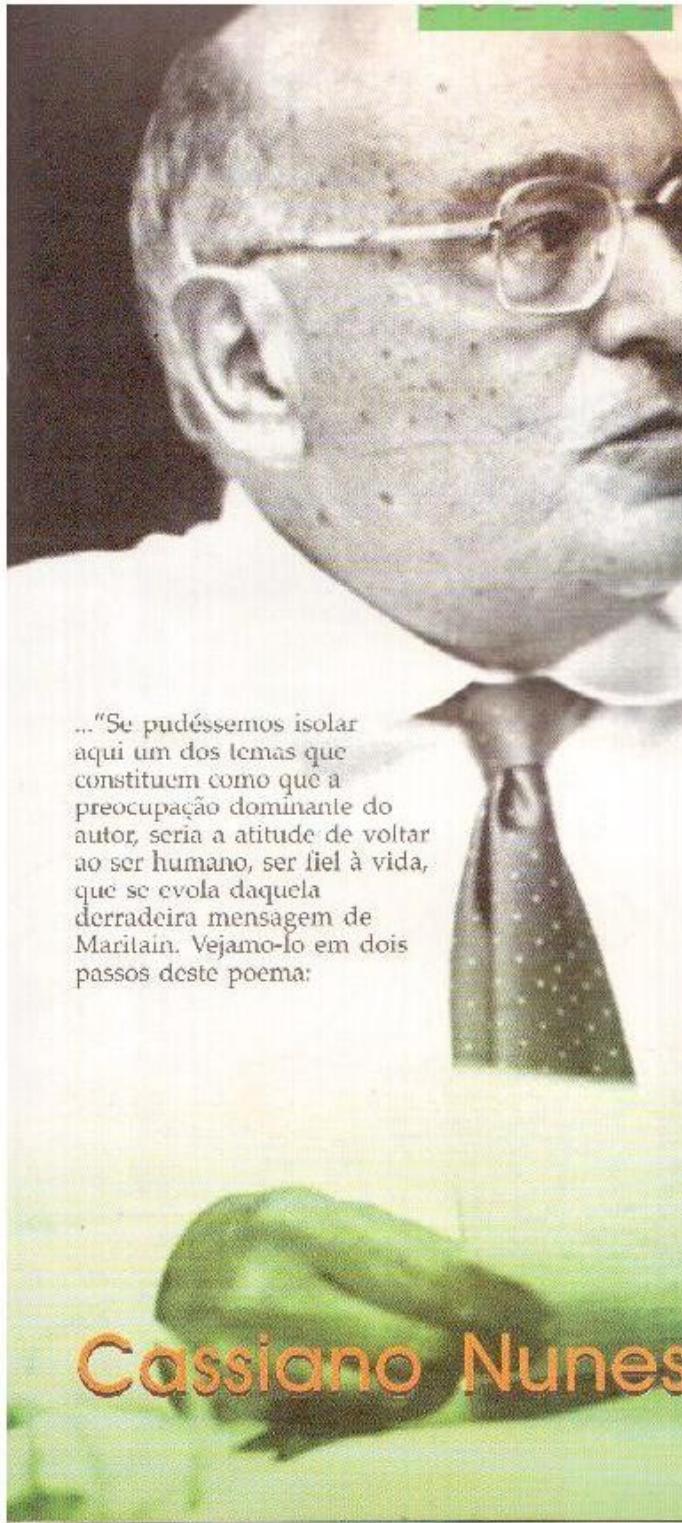
fosse o criador do CEC. Poderia ter sido. Não obstante, é um dos maiores benfeiteiros da nossa cultura. Sem o Prof. Paulo Nunes, é possível que o CFC, hoje, existisse apenas no nome, na lembrança. Com ele, o Conselho Estadual de Cultura tornou-se o que é: crescido e presente, um dos melhores e mais atuantes do país. Nossa porta-voz, a revista *Presença*, é elogiada onde quer que chegue. E tem chegado longe.

Por último, registro meus agradecimentos ao trabalho da funcionária Ana Maria dos Santos, dedicada e gentil secretária do Conselho, desde os tempos do Prof. Benjamin do Rego Monteiro Neto, pois começou em 1987, até hoje. Sem seu trabalho valioso, teria sido impossível o levantamento destes dados e portanto a escritura desta pequena história de um grande Conselho.

*Membro da Academia Piauiense de Letras

Paulo Nunes é assim, o escritor e o homem público. Tem sido confundido algumas vezes, por algumas pessoas, com o próprio Conselho, como se fosse o criador do CEC. Poderia ter sido. Não obstante, é um dos maiores benfeiteiros da nossa cultura.





A natureza não está morta.
A mesa, a pera,
o copo e a faca,
de inesperados ângulos,
avançam.
Vibram imperceptivelmente
na atmosfera rarefeita.
Um suave narcisismo
nos murmura: "Ama-nos"
"Mas, do vestíbulo,
a vida nos convoca:
para a rua,
a colisão dos homens,
a intempérie".

(Dois Pintores - Braque, pp. 24-5)

"Embora não despreze o poeta a procura de ritmos novos ou formas renovadas de expressão poética, não desdenha os velhos metros da tradição lírica portuguesa.

O verso redondilho, por exemplo, de tão larga aceitação em nossa lírica multissecular, é de vez em quando utilizado pelo poeta, como se verifica no interessante poemeto *Du Bist Die Ruh*, que muito bem condiz com a índole da poesia de CN, ou neste outro *Bicicleta*, que parece recriar pela forma e temática uma nova *casuística*, na feitura do qual recorre o poeta ao uso da redondilha maior da tradição vicentina, de que transcrevemos apenas a primeira estrofe:

"Se eu tivesse bicicleta
muito bicicletaria!
Iria à ilha de Creta
e às matas da cafraria.
Antes da idade provecla
muitas terras correria.
Minha ambição predileta
é ser vento e geografia!"

(M. Paulo Nunes - A Geração Perdida, 35 - 6)

Cassiano Nunes



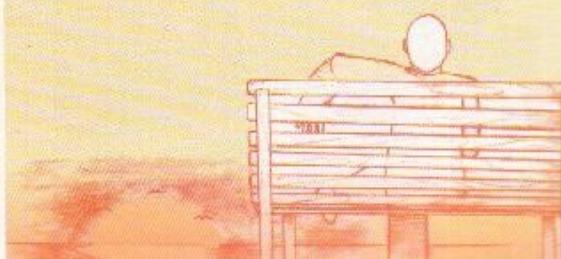
NATIVIDADE

Nasce um deus.
Sempre nasce um deus
que vem nos trazer
a esperança.
Sempre nasce um deus
para que amemos,
como a um cristal,
a pureza.
É preciso que nasça um deus
infinitamente,
para que os homens descubram
a sua própria divindade.

PAJUÇARA

Esta antiquada máquina
do corpo,
em que se gravaram
manchas escuras!
Ela olha o pluriverde mar
de Pajuçara,
este festival
de cores e espumas.
Ele continuará
quando eu tiver ido
e não guardará lembrança
do nosso breve convívio.
(Eu também esqueci
tanto e tantos
- até amores
deliciosos e momentâneos!)

Quando eu me fôr
de maneira total,
absoluta,
as ondas sussurrantes
continuarão sua dança
imortal.
Outros homens
estarão no meu lugar,
sentados no mesmo banco;
nem saberão
mas estarão usufruindo
algo,
que, embora longinquoamente,
é também meu.



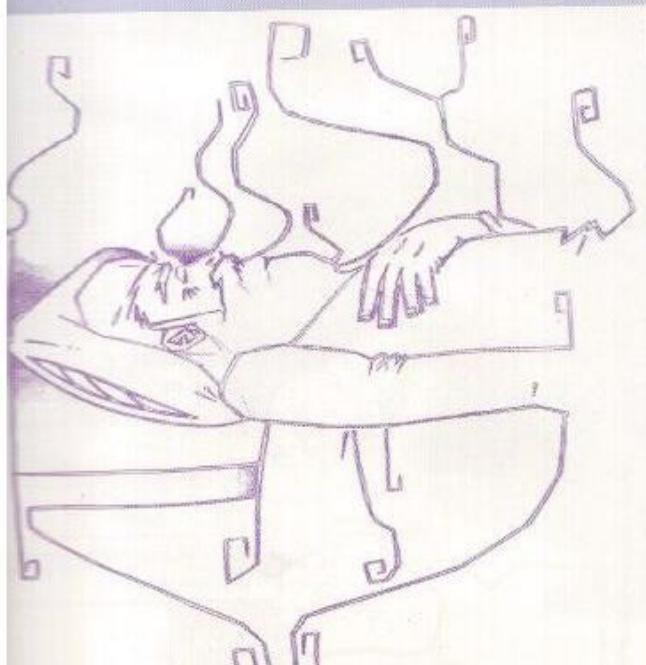
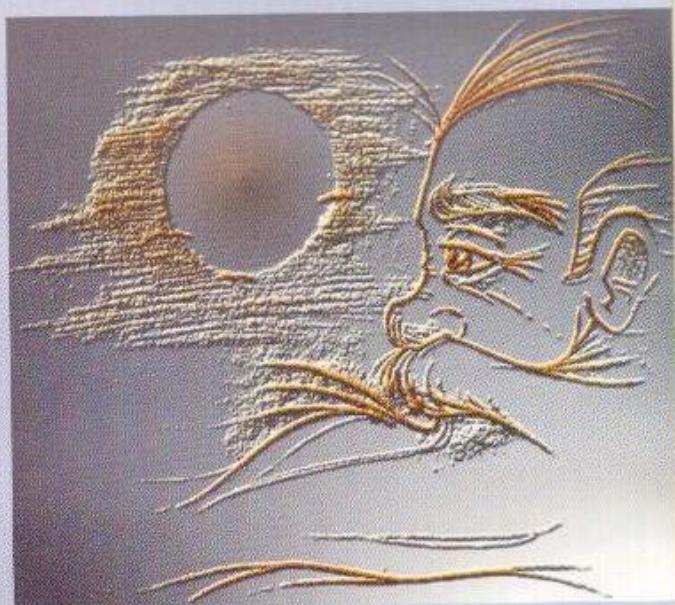
CONCLUSÕES

Se eu não fosse tão velho,
sentiria assim, tanto,
a vida?

Os jovens desfrutam a vida,
sim,
fortemente,
ininterruptamente,
mas como uma festa
ou esporte.

Superfície.

Ao passo que o sentimento
dos velhos
é um arrebatamento silencioso,
que vai fundo.
é também poesia genuina,
a concepção de que a vida
é basicamente drama.
Chamemos a isto:
a sabedoria humana.
(algo tão frágil!).



VELHICE

O poeta erótico
recolheu-se.

Os anos passaram
e o seu sexo
adormeciam.

As aventuras preferidas,
às vezes enfrentando riscos,
hoje, lhe parecem desatino.

Por que age assim?
se pergunta.

Agora, está paz...

Acita a calma
porem sabe
que sua parcela de tempo
diminui cada dia.

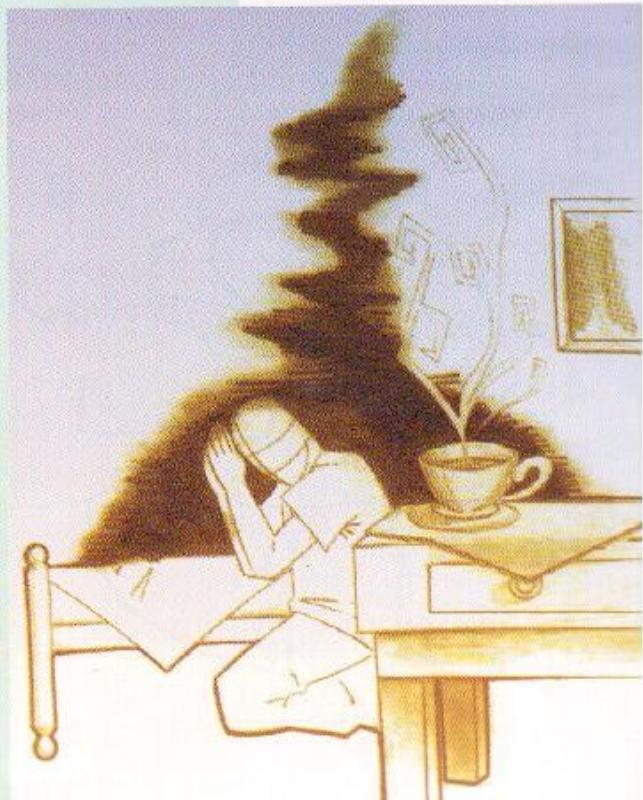
PALAVRAS FINAIS

Posso perdoar
a estupidez dos outros?
Posso perdoar
a minha própria estupidez,
a mais dificilmente perdoável?

Ah! Senhor!
Dá-me ainda um dia
- um dia com uma longa tarde,
em que possa amar,
de maneira absoluta,
o trabalho.

Permitte
que o ame,
com intensa paixão,
que não dediquei ao amor,
na mocidade devoluta.

Depois, prometo ser dócil
e aceitar o imperdoável tributo,
o fim da vida,
o apocalipse,
na tranquila chávena
sobre o criado-mudo.



RONALDO CAGIANO

Mineiro de Cataguases, nasceu em 15.4.61. Em sua terra natal fez os estudos primário e secundário, período em que sofreu forte influência literária dos mestres José da Silva Grandim e Nilson Rossi. Em Brasília desde 1979, formou-se em Direito (1986) na UDF. Trabalha na Assessoria Jurídica da Presidência da República. Colabora em diversos jornais do Brasil e exterior, publicando artigos, ensaios, crítica literária, poesia e contos, tendo sido premiado em alguns certames literários. Atualmente é Diretor de Divulgação da ANE - Associação Nacional de Escritores e membro dos Sindicatos de Escritores do Distrito Federal e de Minas Gerais. Participa de diversas antologias nacionais e estrangeiras, com trabalhos em prosa e poesia.

Livros Publicados:

Palavra Engajada (1989), Colheita Amarga & Outras Angústias (1990), Exílio (1990), Palavracesa (1994), O Prazer da Leitura, em parceria com Jacinto Guerra (1997) e Prismas - Literatura e Outros Temas (1997). No prelo Canção Dentro da Noite (com verba da Secretaria de Cultura do DF) e, inédito, Os Rios de Mim (Menção honrosa no concurso Boisa Brasília de Publicações) e Dezembro Indigesto (contos).

SO(M)BRAS

Vejo o rio que corre
em Cataguases

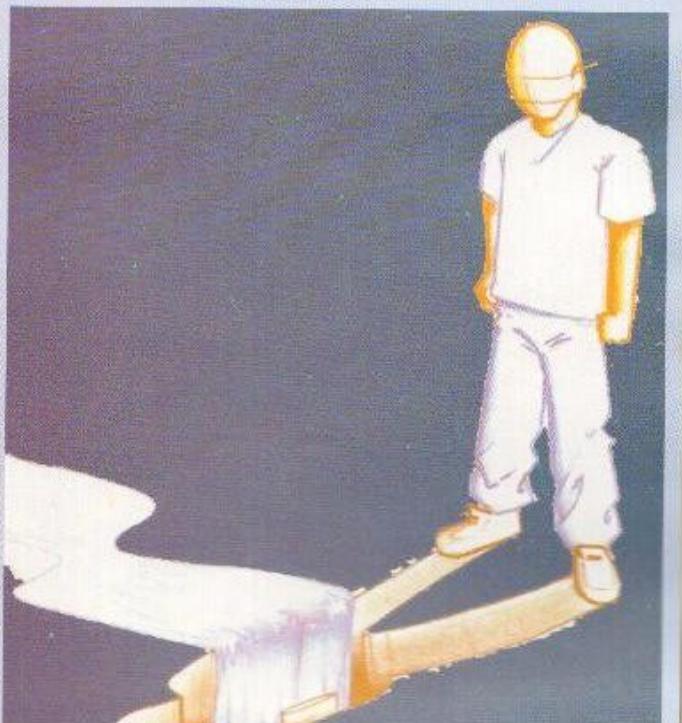
- é o mesmo vário rio que (es)corre em mim:

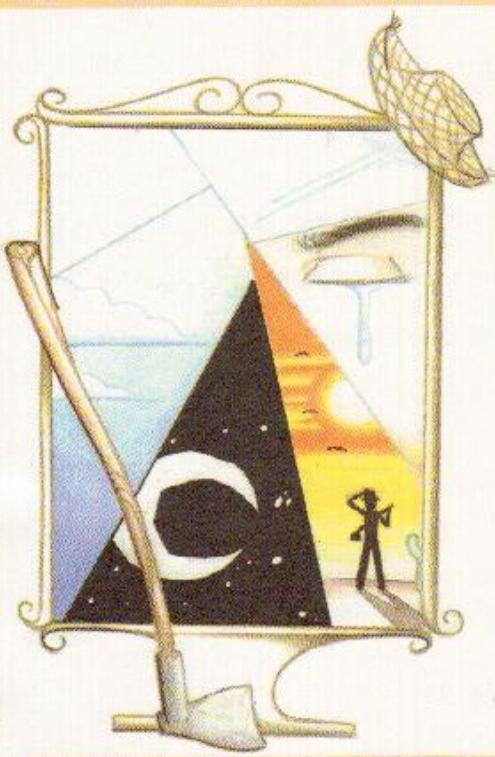
educando-me pelas encostas
com lições de cheias
e úmida cartilha de entoados.

O exemplo da água
Que filjui,
com sua
impessoalidade e inconcretude
crava um sertão nas entradas.

E um acúmulo de pedras nas vísceras
embrenha na alma tantos eus.

Essa sombra, essas sobras,
bóiam indigentes
como teto:
em placentária
clandestinidade.





ROTINA DO POEMA

A Manoel Paulo Nunes

A poesia se cumpre
contra os muros e a solidão:
palavra esgarçada,
esfinge que se (re)vela
sob um céu de iniquidades.

O mundo não se emp(j)enha
(nem se completa no que é sobra)
entre delírios e náuseas
no sem-rumo dos olhos.

A alça de mira emperra
entre hiatos e malogros
e
uma batalha rotunda escarnece
a pátria, o estômago e a glória.

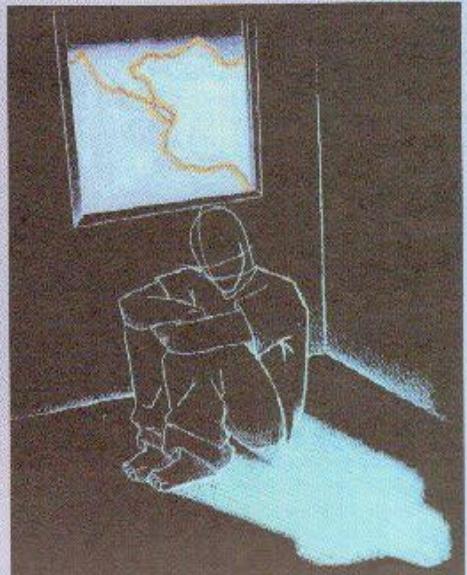
E essas mãos arredadas
cansadas do barro sem ligas
e da imprecisão das coisas
já não alcança o remate dos sonhos.
Incorpóreas utopias
misturam-se a espelhos partidos
e as noites vadias
escondem dos homens
a segadura imperfeita.

CHUVA

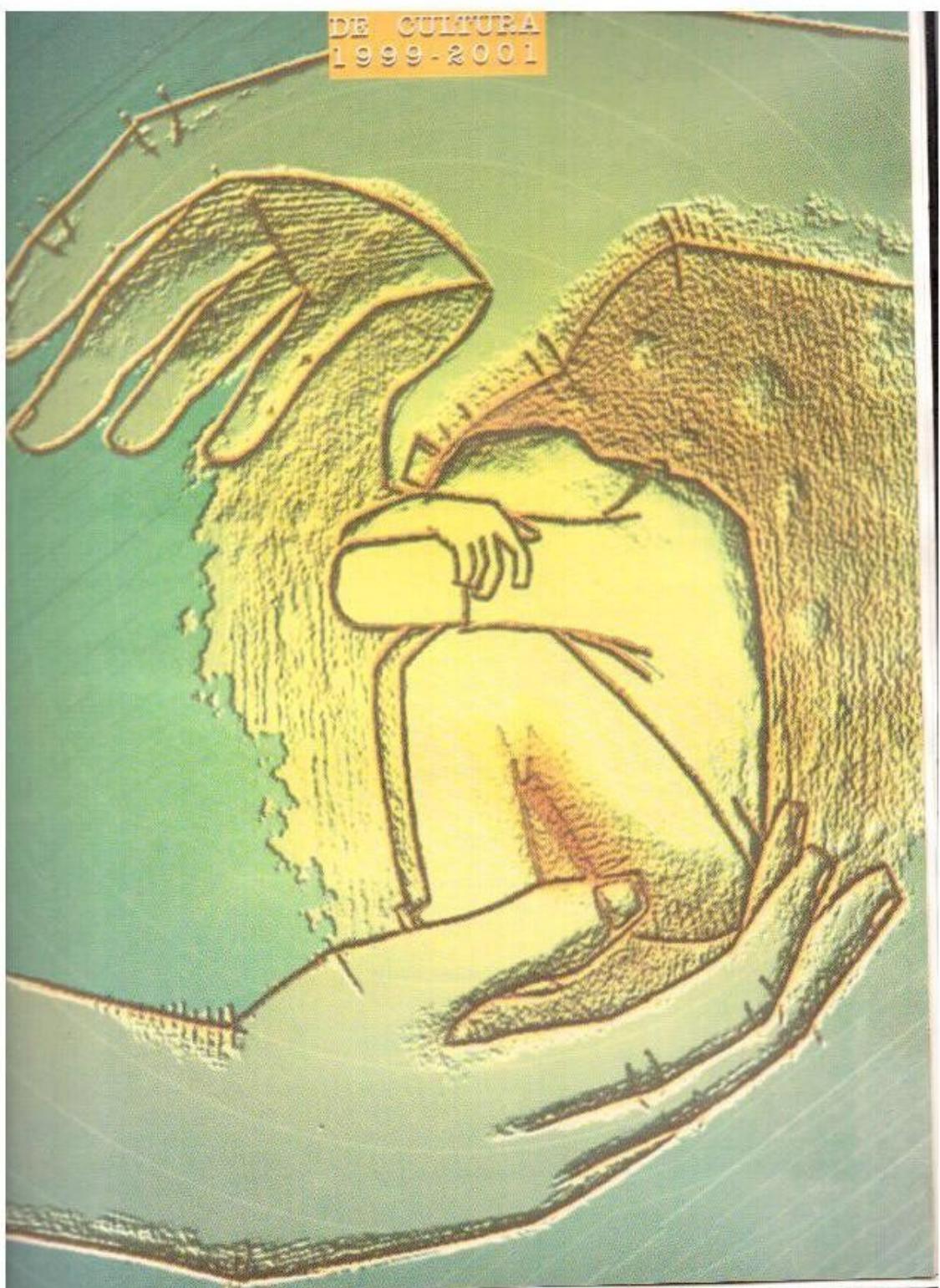
Os trovões colcem a noite
e um vento afiado corta
a madrugada.

No silêncio dos campos molhados
ricochete de relâmpagos
amedrontando a criação.

Em cada casa, um sarcófago doméstico:
os homens recolhem-se do tempo
e os sustos de Deus
repicam em suas almas.



DE CULTURA
1999-2001



PLANO ESTADUAL DE CULTURA 1999-2001

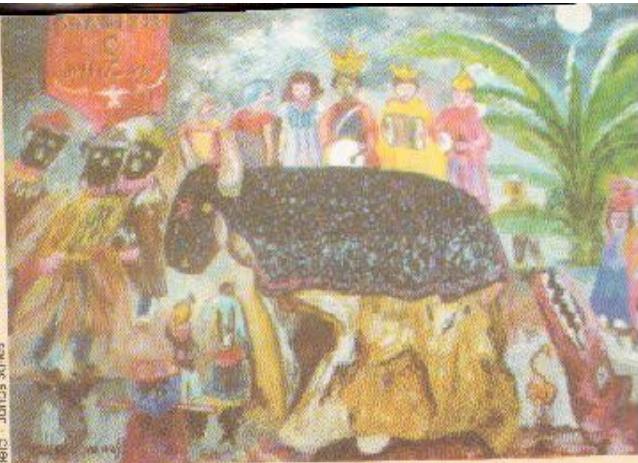


Foto: Jonas Soárez

1. Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento intelectual, espiritual e material do povo piauiense, através do fortalecimento de sua identidade cultural e do processo de aquisição de novos elementos que possam contribuir para sua valorização e promoção num contexto social mais amplo.

2. Diretrizes Básicas

Alicerçados neste objetivo, as diretrizes básicas das ações no campo cultural devem destacar o binômio educação e cultura, defender uma política voltada para todos os piauienses e implementar o aprendizado nas áreas da música, das artes plásticas, da literatura, da dança, do teatro, da arte popular, do folclore, da preservação do patrimônio cultural e da ciência e tecnologia.

A democratização das ações exige uma participação eficiente do poder público, em todas as esferas, e da comunidade em geral, com o estabelecimento

da competência de cada um, a fim de evitar desperdício de esforços e de recursos e garantir a obtenção de maiores e melhores resultados.

3. Linhas de Ação

A área cultural, em toda sua história, sofre a escassez de recursos. Fato que sempre determinou a utilização da criatividade, a união de esforços e a definição de linhas prioritárias de ação, visando atingir os vários componentes do universo cultural piauiense.

As linhas de ação prioritárias estabelecidas neste plano são:

3.1. Patrimônio Cultural:

- Identificar, estudar, preservar e divulgar o patrimônio cultural piauiense.

3.2. Produção Cultural:

- Incentivar, valorizar e difundir a produção cultural piauiense.

3.3. Ciência e Tecnologia:

- Viabilizar a criação de uma tradição científica e tecnológica no Piauí.

4. Prioridades das Linhas de Ação

4.1. Patrimônio Cultural

A linha de patrimônio cultural deverá atingir quatro áreas:

4.1.1. Patrimônio Histórico e Documental:

Nesta área deverão ser apoiadas as ações que busquem:

- Modernização do Arquivo Público do Piauí, visando uma melhor organização, conservação e preservação do seu acervo, favorecendo melhores condições de trabalho e de atendimento ao público;

- Construção de uma nova sede da Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho, modernização do funcionamento e ampliação do acervo, conforme projeto já existente na Fundação Estadual de Cultura e do Desporto;

- Reforma e aquisição de equipamentos para o Museu do Piauí e demais Casas de Cultura ligadas à FUNDEC;

- Realização de treinamentos, pesquisa e documentação dos acervos do Museu e demais Casas de Cultura subordinadas à FUNDEC;

- Restauração e conservação dos acervos do Museu e das outras Casas de Cultura vinculadas à FUNDEC;

- Implementação e implantação de arquivos, museus e bibliotecas comunitárias.

4.1.2. Patrimônio Arquitetônico e Sítios Históricos:

Esta área deverá apoiar as ações que visem:

- Ampliação da proteção legal, através do tombamento, pelo Estado, dos bens culturais de maior relevância que se encontram ameaçados de desaparecimento e desfiguração, sobretudo os da capital;

- Proteção legal dos conjuntos urbanos e sítios históricos, através do assessoramento à implantação de legislação específica e da criação de Conselhos Municipais de Cultura;

- Criação de programas de divulgação do patrimônio arquitetônico e sítios históricos, através de

palestras, entrevistas, exposições, produção de materiais promocionais, etc;

- Elaboração e execução de projetos de restauração e revitalização de imóveis mais representativos.

4.1.3. Patrimônio Arqueológico e Natural:

- Apoio às iniciativas e projetos desenvolvidos por outros órgãos e instituições que objetivem a defesa, conhecimento e divulgação dos sítios arqueológicos do território piauiense e do seu patrimônio cultural.

4.1.4. Manifestações populares:

- Apoio à revitalização e valorização da música, da dança, dos autos e festas populares;

- Apoio aos grupos folclóricos;

- Incentivo, divulgação e treinamento das atividades artesanais;

- Elaboração do calendário cultural do Piauí.

4.2. Produção Cultural:

O desenvolvimento da produção cultural exige uma política cultural definida e o funcionamento da Lei Estadual de Incentivo à Cultura.

Além disso, é necessário o investimento na capacitação dos recursos humanos para melhor desempenho nas tarefas de

apoio às realizações nos diversos campos artísticos e no literário.

A linha de produção cultural deverá contemplar:

4.2.1 Teatro

- Incentivo à criação da Escola de Teatro do Piauí;

- Apoio aos grupos de teatro;

- Montagem de grandes espetáculos comemorativos das datas históricas e religiosas, envolvendo a integração de vários artistas e a participação da comunidade.

4.2.2. Música, Dança e Artes Plásticas

- Melhoria do trabalho de formação e aperfeiçoamento desenvolvido pelas escolas de Música e de Dança, investindo na aquisição dos espaços físicos e na qualificação dos recursos humanos;

- Incentivo às atividades dos grupos de dança, de música e dos corais;

- Criação do Salão Estadual de Artes Plásticas;

- Circulação, intercâmbio e divulgação das produções nestas áreas, principalmente no interior do Estado.

4.2.3. Literatura

- Reedição de obras esgotadas de autores piauienses, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo

Conselho de Cultura;

- Incentivo à produção literária, através da publicação de trabalhos nas diferentes áreas;

- Promoção de concursos literários;

- Acompanhamento da Lei que regulamenta o ensino da literatura piauiense nas escolas públicas e privadas;

- Continuidade da revista Presença;

- Promoção de eventos como: seminários, palestras, exposições, etc., referentes às datas comemorativas e aos escritores homenageados.

As ações na área da literatura a serem promovidas pelo CEC, através da Câmara de Letras, darão destaque nesse período, aos seguintes escritores:

- Almeida Garrett - 1799-1854 (bicentenário de nascimento)

- Jorge Luis Borges - 1899-1986 (centenário de nascimento)

- Odilon Nunes - 1899-1989 (centenário de nascimento)

- Rui Barbosa - 1849-1923 (sesquicentenário de nascimento)

- Joaquim Nabuco - 1849-1910 (sesquicentenário de nascimento)

- Machado de Assis - 1859-1908 (centenário de publicação da obra *Dom Casmurro* e 160º aniversário de nascimento)

- Gilberto Freyre - 1900-1987 (centenário de nascimento)

- Eça de Queiroz - 1845-1900 (centenário de morte)



Para o ano 2000 o CEC, através da Câmara de Ciência e Tecnologia, propõe apoio ao órgão de fomento à pesquisa do Estado - FAPEPI - no sentido de pressionar o governo do Estado na questão referente ao repasse de contrapartidas exigidas para execução dos projetos daquele órgão.

4.3. Ciência e Tecnologia

A linha de Ciência e Tecnologia defende a busca de mecanismos para promover uma tradição científica e tecnológica no Piauí, através da promoção de palestras a serem proferidas por personalidades de notório saber. Estas palestras serão direcionadas ao seguinte questionamento:

- "Como criar uma tradição em ciência e tecnologia no Estado do Piauí?"

Cada palestrante deverá apresentar um texto por escrito ou em disquete, de sua conferência. Após a realização da série de conferências, serão estas editadas em livro, com os temas levantados, e as intervenções no plenário, como parte das comemorações do início do novo milênio.

Aprovado em plenário na sessão do dia 30.09.1999.

Manuel Paulo Nunes
Presidente

Francisco M² Soares Mendes
Vice-Presidente

Conselheiros:

Amaury Teixeira Nunes

Carmem Lucia Alves de Carvalho

Melquisedec de Castro Viana

Raimundo Nonato Monteiro de Santana.



C
I
P
C
L
e
P
F
P
o
e
d
e
li
P
a
L
n
e

(b)
19
(c)
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

PROINFO - PROGRAMA ESTADUAL DE INFORMÁTICA
ESCOLA PROINFO - PROGRAMA ESTADUAL DE INF
ÁTICA NA ESCOLA PROINFO - PROGRAMA ESTAD
DE INFORMATICA NA ESCOLA PROINFO - PROGR
ESTADUAL DE INFORMÁTICA NA ESCOLA PRO

A edição deste número da revista
PRESENÇA, somente foi possível
graças ao concurso substancial
da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
DO ESTADO DO PIAUÍ, na pessoa de seu
titular, Prof. Luiz Ubiraci de Cavalho,
a cuja colaboração financeira
e incentivo penhoradamente
agradecem os editores.